

ATA NÚMERO 23/XIII (1.ª) SL
19 de abril de 2016 – 15h00

Aos dezanove dias do mês de abril de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 14 de abril

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de projetos de lei e projetos de resolução sobre o *Número de alunos por turma*

Projeto de lei n.º 16/XIII (1.ª) (Os Verdes)— Estipula o número máximo de alunos por turma

Projeto de lei n.º 148/XIII (1.ª) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem

Projeto de lei n.º 154/XIII (1.ª) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

Projeto de resolução n.º 213/XIII (1.ª) (CDS-PP) — Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas

Projeto de resolução n.º 216/XIII (1.ª) (PS) — Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma

Projeto de resolução n.º 217/XIII (1.ª) (BE) — Medidas para a promoção do sucesso escolar

3.2. Baixa de iniciativas europeias

Relatório do Governo «Portugal na União Europeia 2015», Deputado Relator a indicar pelo Grupo Parlamentar do PCP

3.3. Audição pública sobre «Necessidades educativas especiais, deficiência e escolaridade obrigatória», no dia 26 de abril, na Sala das Sessões da Assembleia da República.

3.4. Relatórios de audiências

- Audiência a Gabriel Boavida, Fisioterapeuta, Pedro Nunes, Médico Pediatra da Unidade de Cuidados Intensivos Pediátrica do Hospital Fernando da Fonseca e da Escola de Reanimação do mesmo Hospital, e Daniel Lanzas, Enfermeiro, para apresentação do **Projeto de Ensino Suporte Básico de Vida (3C's)**.

- ✓ Possibilidade de a CEC fazer distribuir o Projeto por todas as escolas do País (ou enviá-lo ao Ministério da Educação para esse efeito)

3.5. Pedidos de audiência

- AEEP, Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo - Incumprimento dos Contratos de Associação pelo Ministério da Educação.

Receber na Comissão ou por Deputado piloto (PSD)?

- SPEF, Sociedade Portuguesa de Educação Física e CNAPEF, e Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física, sobre a área curricular de Educação Física no quadro do sistema educativo nacional

Receber na Comissão ou por Deputado piloto (PS)?

4. [Audição do Ministro da Educação](#), para apreciação da política geral do Ministério, nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

5. [Projeto de lei n.º 38/XIII \(1.ª\)](#), do BE - Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências - PACC

- Discussão e votação na especialidade

6. [Projeto de lei n.º 46/XIII \(1.ª\)](#), do PCP- Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos

- Discussão e votação na especialidade

7. [Petição n.º 88/XIII \(1.ª\)](#) - Apresentada por José Maurício Brás, solicitando a alteração do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: PS

8. [Petição n.º 92/XIII \(1.ª\)](#) — Apresentada por Carla Sofia Castanheira do Paço, solicitando a alteração do regime jurídico da educação especial

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: PSD

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

26 de abril de 2016 – Audição MCTES

— — —

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP.

Antes de entrar no período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que, a pedido do Grupo Parlamentar do PSD e por consenso entre todos os Grupos Parlamentares, a apreciação e votação dos pontos 5 e 6 ficavam adiadas para a próxima semana.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 14 de abril de 2016 foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de projetos de lei e projetos de resolução sobre o número de alunos por turma

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP informaram a Comissão que só na semana seguinte entregariam a lista das entidades a auscultar no âmbito da apreciação na especialidade dos diplomas relativos ao número de alunos por turma.

3.2. Baixa de iniciativas europeias

O Senhor Presidente informou também que, no âmbito do processo de acompanhamento dos assuntos europeus pela Assembleia da República, a Comissão de Assuntos Europeus tinha solicitado à Comissão de Educação e Ciência que se pronunciasse até ao dia 16 de maio de 2016 sobre o relatório intitulado «Portugal na União Europeia – 2015», tendo a Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informado que ela própria seria a relatora da referida iniciativa.

3.3. Audição pública sobre «Necessidades educativas especiais, deficiência e escolaridade obrigatória»

De seguida, o Senhor Presidente deu conta de que no próximo dia 26 de abril de 2016 teria lugar a audição pública sobre «Necessidades educativas especiais, deficiência e escolaridade obrigatória», no Plenário da Assembleia da República, cedido pelo Senhor Presidente da Assembleia da República a título absolutamente excepcional.

3.4. Relatórios de audiências

Uma vez submetido à votação, o relatório de audiência a Gabriel Boavida, Fisioterapeuta, Pedro Nunes, Médico Pediatra da Unidade de Cuidados Intensivos Pediátrica do Hospital Fernando da Fonseca e da Escola de Reanimação do mesmo Hospital, e Daniel Lanzas, Enfermeiro, para apresentação do Projeto de Ensino Suporte Básico de Vida (3C's) foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) pediu a palavra para sublinhar que, por um lado, tinha ficado muito sensibilizada com a apresentação do Projeto e, por outro, com a certeza de que as escolas estavam já preparadas para levar a cabo o referido Projeto atendendo às parcerias já estabelecidas com várias entidades, designadamente com os corpos de bombeiros. Defendeu que, de uma forma simples e sem grandes custos, podiam ser desde já implementos esses cursos, permitindo aos professores e a todos os agentes educativos agir corretamente em caso de se verificar um acidente. Concluiu defendendo que o Projeto deveria ser dado a conhecer a todas as escolas do País pela própria Comissão de Educação e Ciência.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) sublinhou que no fundo o que estava em causa era dar cumprimento a uma resolução aprovada, na XII Legislatura, pela Assembleia da República no sentido de as escolas fornecerem uma formação abrangente sobre o Suporte Básico de Vida. Disse que as primeiras respostas dadas em situações de emergência eram gestos que salvavam vidas e que podiam fazer toda a diferença, nomeadamente naquilo que tinha a ver com a capacidade de recuperação física. Referiu também que a implementação desta medida não dependia de uma qualquer iniciativa legislativa mas, sim, de uma boa coordenação entre o Executivo, os Ministérios da Educação e da Saúde, as autarquias, as escolas e os hospitais. E, nesse sentido, o papel da Comissão de Educação e Ciência era o de dar a conhecer o Projeto e de alertar as entidades potencialmente envolvidas, fazendo também um apelo à Comissão de Saúde para que, no âmbito das suas competências, divulgasse o projeto, designadamente junto do Ministério da Saúde e dos hospitais.

Ficou também consensualizado entre todos os Grupos Parlamentares a Comissão pedir aos serviços para distribuir o Projeto por todas as escolas do País.

Tendo entretanto dado entrada na sala o Senhor Ministro da Educação, o Senhor Presidente deu início à audição regimental, ficando a análise do ponto 3.5 ficado adiada para posteriormente.

3.5. Pedidos de audiência

Voltando à Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu conta dos pedidos de audiência dirigidos à Comissão, tendo ficado estabelecido que a AEEP, Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, seria recebida em Plenário da Comissão e a SPEF, Sociedade Portuguesa de Educação Física, e CNAPEF, Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física, por um Deputado piloto do PSD, mais concretamente pelo Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD).

4. Audição do Ministro da Educação sobre a política geral do Ministério

Dando início à audição o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Educação, bem como à sua equipa, Secretária de Estado Adjunta e da Educação e Secretário de Estado da Educação.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Susana Amador (PS), Amadeu Soares de Albergaria (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), que colocaram questões sobre, respetivamente, as medidas adotadas pelo Governo para colocar Portugal mais próximo da equidade entre crianças tão referida no Relatório *Fairness for Children*, da UNICEF; o ensino pré-escolar e o alargamento da rede; o ensino vocacional e o novo desenho do sistema educativo; a descentralização de competências; o Despacho Normativo n.º 1-H/2016 e os contratos de associação do ensino particular e cooperativo; a redução do número de alunos por turma e os alunos com necessidades educativas especiais; o modelo de avaliação e a extinção da bolsa de contratação de escolas; a preparação do próximo ano letivo e a constituição de turmas; os horários de trabalho dos professores e componente letiva e não letiva; e, por fim, a aplicação das 35 horas de trabalho para a função pública.

O Senhor Ministro da Educação e os Senhores Secretários de Estado responderam a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções, referindo-se, designadamente, às medidas para, independentemente do nível socioeconómico e do nível educacional dos pais, melhorar e aumentar a equidade dos portugueses, de resto já espelhadas no Programa do Governo aprovado, bem como no Orçamento do Estado e nas Grandes Opções do Plano; à progressiva gratuidade dos manuais escolares no ensino obrigatório durante a atual Legislatura; à reutilização dos manuais escolares, com uma enorme poupança para o Estado; a o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar para combater o insucesso e para que se possam reduzir as desigualdades; e ao alargamento do pré-escolar para as crianças de quatro anos de idade e, a partir de 2018/2019, para as de três anos para que todas as crianças

com cinco, quatro e três anos possam ter acesso ao pré-escolar, estimulador de percursos escolares com maior sucesso.

Referiram, igualmente, que a implementação das 35 horas de trabalho para a função pública estava a ser estudada; que era necessário dar estabilidade ao corpo docente e não docente das escolas; que os mais de 2000 assistentes operacionais nas escolas, contratados a prazo, iam ter o seu contrato renovado para o próximo ano; que o Despacho Normativo n.º 1-H/2016 determina que «a frequência de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação, na parte do apoio financeiro outorgado pelo Estado, é a correspondente à área geográfica de implantação da oferta abrangida pelo respetivo contrato», ficando, portanto, as inscrições circunscritas aos alunos residentes na mesma freguesia onde o colégio está implementado; que os alunos a meio de um ciclo de estudos (6.º, 8.º, 11.º anos de escolaridade) vão continuar com contrato e que nenhuma escola privada ficará impedida de abrir turmas; que o Ministério da Educação não vai autorizar novos contratos de associação para turmas em início de ciclo (5.º, 7.º e 10.º anos escolares) em «zonas onde exista oferta das escolas públicas» e que a tutela está a fazer um levantamento dos contratos em vigor para avaliar de forma criteriosa a necessidade de mais turmas; que não era verdade que um aluno seja mais barato para o Estado quando matriculado numa escola particular e que os estudos que apontavam nesse sentido partiam de um pressuposto errado; e que a intenção do Governo não era a de ter alunos com necessidades especiais em turmas maiores mas, sim, a de garantir uma maior inclusão.

Na segunda ronda de intervenções intervieram os Senhores Deputados Maria Augusta Santos (PS), Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo, em síntese, solicitado esclarecimentos sobre o défice estrutural de qualificação dos portugueses; as Novas Oportunidades; o sucesso escolar; a alteração dos rácios do número de funcionários por aluno nas escolas; a permanente mudança de posições do Ministro da Educação; a adulteração dos resultados dos alunos; os profissionais não docentes; o número de escolas com amianto que vão ser intervencionadas; os currículos, metas e programas de matemática; a demora na substituição de professores; os professores a prestar serviço em São Tomé e Príncipe ao abrigo de contratos de cooperação; e a colocação de psicólogos e terapeutas no ensino especial.

O Senhor Ministro da Educação respondeu às questões colocadas, começando por sublinhar que o Programa «Qualificar os portugueses» projeta a modernização do sistema de ensino e dos modelos e instrumentos de aprendizagem, visando promover o sucesso escolar em todos os níveis de ensino, combater o abandono escolar, generalizar o ensino secundário e inovar o sistema educativo; que os trabalhos de remoção estão a ser articulados com as autarquias e que as obras vão seguir uma lista de prioridades de acordo com critérios de perigosidade à exposição a esse material; que do inquérito aos professores sobre a adequação das orientações curriculares em todas as disciplinas resultaram mais de 20 000 contributos e que

as respostas dos docentes questionam sobretudo a exequibilidade das metas e currículos em vigor, como é o caso da Matemática.

Intervieram na terceira ronda os Senhores Deputados Sandra Pontedeira (PS), Pedro Pimpão (PSD), Joana Mortágua (BE), Laura Magalhães (PSD), Susana Lamas (PSD), Maria Manuela Tender (PSD), Cristóvão Crespo (PSD), Porfírio Silva (PS), Nilza de Sena (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Ana Virgínia Pereira (PCP), Maria Germana Rocha (PSD) e Emília Santos (PSD).

Os membros da equipa governamental usaram da palavra para responder, em conjunto, às questões colocadas

A audição foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações disponíveis na [página da Comissão](#).

5. [Projeto de lei n.º 38/XIII \(1.ª\)](#), BE- Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências - PACC

A discussão e votação na especialidade ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

6. [Projeto de lei n.º 46/XIII \(1.ª\)](#), PCP - Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos

Idem.

7. [Petição n.º 88/XIII \(1.ª\)](#) - Apresentada por José Maurício Brás, solicitando a alteração do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração

A nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

O Grupo Parlamentar do PS comunicou que indicaria oportunamente o Deputado Relator da petição em causa.

8. [Petição n.º 92/XIII \(1.ª\)](#) — Apresentada por Carla Sofia Castanheira do Paço, solicitando a alteração do regime jurídico da educação especial

A nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) indicou a Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) como Deputada Relatora da petição em causa.

9. Outros assuntos

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos.

10. Data da próxima reunião

26 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 3 de maio de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
António Eusébio
Cristóvão Crespo
Diana Ferreira
Margarida Balseiro Lopes
Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro
Miguel Tiago
Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista